

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 21/2011 DE 15 DE SETEMBRO**

----- Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara e Srs. Manuel Marques Custodio e Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião a Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos, Vereadora em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.ª Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- **a) Medidas de austeridade para os anos de 2011 e 2012 – Redução das transferências do Estado para os Municípios.** -----

-----O Sr. Presidente chamou a atenção da Vereação para o facto, de acordo com o “Memorando de Entendimento” celebrado com FMI/UE/BCE, se irão verificar cortes significativos nas transferências de verbas do Orçamento do Estado para os Municípios, o que colocará em sérios riscos a sustentabilidade de muitos municípios. -----

----- **b) Praia Fluvial de Fráguas – ETAR de Vila Nova de Paiva – Artigo no Diário de Notícias** -----

-----O Sr. Vereador Manuel Custódio referiu que, segundo o noticiado pelo jornal Diário de Notícias, um deputado do Partido “Os Verdes” terá abordado na Assembleia da República o assunto sobre a eventual descarga da ETAR de Vila Nova de Paiva, nas águas do Rio Paiva que terá afectado a Praia Fluvial de Fráguas. -----

-----Mais uma vez o Sr. Presidente explicou o sucedido. Ontem mesmo também estiveram no Município representantes da estação televisiva SIC, que se deslocaram à ETAR. -----

-----Sobre esta matéria o Sr. Vereador Avantino Beleza referiu que, nestes casos, deveria o Sr. Presidente providenciar de imediato um comunicado escrito, explicando a situação, para evitar empolamentos e especulações. -----

-----**c) Colóquio Nacional da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais Municípios.**-----

-----O Sr. Vereador Avantino Beleza deu conta à Vereação da realização na Guarda, nos próximos dias 11 a 14 de Outubro, do XXXI Colóquio Nacional da ATAM. Face às matérias de relevante interesse municipal que irão ser abordadas, manifestou o interesse na sua participação no colóquio, a expensas do Município, não tendo o Executivo levantado qualquer objecção sobre a participação do Sr. Vereador. -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da Ordem do Dia, o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação: -----

----- **a) Avantino Loureiro Beleza**, Vereador em regime de não permanência – Por e-mail registado em 14.09.2011, informa que por se encontrar em gozo de férias, não pode comparecer à reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 01 de Setembro do ano em curso, e solicita a justificação da respectiva falta. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a falta em apreço. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza não participou na votação deste assunto. -----

----- **b) Ana Cristina Ribeiro Santos**, Vereadora em Regime de não permanência – Por e-mail registado em 14.09.2011, informa que por motivos de ordem profissional, não pode comparecer à reunião ordinária da Câmara Municipal, de hoje, dia 15 de Setembro, e solicita a justificação da respectiva falta. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a falta em apreço. -----

----- **c) Proposta de atribuição de livros escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, para o ano lectivo de 2011/2012.**-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de Setembro do ano em curso, que a seguir se transcreve: -----

Considerando que:

a) De harmonia com a alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, compete às câmaras municipais aprovar a atribuição de auxílios económicos no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico;

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

b) Nas Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor, aprovadas pela Assembleia Municipal em sessão ordinária do dia 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária de 2 de Dezembro de 2010, consta o projecto 2/211/2010/15 de “Aquisição e Distribuição de Livros Escolares a alunos do 1.º CEB);

c) Importa materializar o referido projecto para o ano lectivo de 2011/2012;

d) Em vez de atribuição de subsídios para livros escolares, se pretende adquirir e atribuir os livros escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (CEB) de todos os estabelecimentos de ensino da rede pública da área do Município;

e) Conforme levantamento efectuado junto do Agrupamento de Escola de Vila Nova de Paiva estão em causa cerca de 185 alunos matriculados no 1.º CEB no ano lectivo de 2011/2012, sendo o encargo total previsto inferior a dez mil euros;

Face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, no uso da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, autorize a atribuição dos livros escolares a todos os alunos do 1.º CEB matriculados no ano lectivo de 2011/2012 nos estabelecimentos de ensino público da área do Município”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- **c) Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorarem em 2012.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de Setembro de 2011, do seguinte teor integral:

“Considerando que, de harmonia com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (Anexo I), com as alterações que lhe foram entretanto introduzidas, compete aos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixar a taxa do IMI a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo, podendo esta ser fixada por freguesia;

Considerando que as taxas previstas nas alíneas b) e c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, são as seguintes:

– Prédios urbanos: 0,4 % a 0,7%;

– Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,2% a 0,4%;

Considerando que, em conformidade com o n.º 13 do mesmo artigo 112.º, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1 do referido artigo, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro;

Considerando que, como resulta da conjugação do referido n.º 5 do art.º 112.º do CIMI, com a alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da designada Lei das Autarquias Locais (LAL), aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a fixação das taxas do IMI nos limites legais acima referidos, mediante proposta da Câmara Municipal em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da mesma LAL;

Em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas de IMI para vigorarem no ano de 2012, na área do Município de Vila Nova de Paiva, idênticas às já fixadas desde o ano de 2005:

– Prédios urbanos: 0,6%;

– Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3%.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. ----

----- **d) Empreitada de “ Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 14, no valor excluído o IVA, de €194.729,41 – Informação N.º A-059/11, de 08.09.2011, da DOM. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- De seguida passou-se então à análise da Ordem do Dia oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação dos textos definitivos das actas das reuniões ordinárias dos dias 18 de Agosto e 1 de Setembro do ano em curso, aprovadas em minuta nas próprias reuniões.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 18 de Agosto de 2011 e, por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Avantino Beleza por não ter estado presente, aprovar o texto definitivo da acta do dia 1 de Setembro do ano em curso. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” – Nomeação de Coordenador de Segurança em Obra – Plano de Segurança e Saúde – Apreciação e votação.** -----

----- Na sequência do deliberado em reunião da Câmara Municipal do dia 18 de Agosto do ano em curso, o Sr. Presidente informou que, consultado o Município de Castro Daire, o mesmo autorizou que o seu Técnico Superior (da área de segurança e higiene no trabalho)

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Jorge Manuel Almeida Estevão, pudesse desempenhar nesta Câmara Municipal as funções de Coordenador de Segurança no âmbito da empreitada em epígrafe, conforme comunicado por ofício N.º 427/GAP/11-19, de 25.08.2011, daquela Câmara Municipal, assumindo a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o pagamento das ajudas de custo e subsídio de transporte a que houver lugar àquele funcionário. -----

----- O Sr. Presidente informou que, entretanto, solicitou ao referido técnico parecer sobre o Plano de Segurança e Saúde apresentado para a empreitada supra pela firma adjudicatária da mesma, FLOPONOR – Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A., e agora presente a reunião para apreciação e votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a nomeação do Técnico Superior Jorge Estêvão da Câmara Municipal de Castro Daire, para Coordenador de Segurança da empreitada supra, nos termos acordados com aquela Câmara Municipal. -----

----- Mais foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada em epígrafe, conforme parecer favorável do coordenador de segurança datado de 5 de Setembro do ano em curso. -----

----- **b) Empreitada de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: FLOPONOR – Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais, n.º 1, no valor excluído o IVA, de €9.936,63 – Informação N.º A – 56/2011, de 31.08.2010, da DOM. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 a 31 de Agosto de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Maria da Luz Almeida, residente no Brasil** – Apresenta proposta de permuta de parcela de terreno necessário para a Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva (parcela 33) registado na matriz sob o artigo n.º 3555, por parcela de terreno da Câmara Municipal, sita no Lugar da Pedralva – Apreciação e votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a permuta nos termos propostos pela Sr.^a Maria da Luz. -----

----- **b) Proposta de renovação, por mais um ano, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2011, do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006 com a firma transportadora E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, L.da, de**

Lamego, nomeadamente para a realização do transporte escolar em carreiras públicas no ano lectivo de 2011/2012 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 8 de Setembro de 2011. ----
----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 08 de Setembro de 2011, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1 – Em 30 de Agosto de 2006, entre este Município e a firma transportadora E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, L.da, de Lamego, foi lavrado um protocolo que entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2006, válido por um ano, com possibilidade de renovação, tendo em vista:

a) Promover a manutenção de transportes regulares locais, em carreiras públicas, incluindo percursos não concessionados na área do Município, mas cuja concessão a transportadora solicitou junto das entidades públicas competentes (na época a DGTTF – Direcção-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, sucedendo-lhe actualmente o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres), satisfazendo assim necessidades de transporte, nomeadamente escolar, anteriormente executado em circuitos especiais, quer municipais quer em regime de aluguer;

b) Manter os transportes regulares locais nos períodos não lectivos (interrupções lectivas), evitando a eventual suspensão de carreiras regulares, por exploração deficitária nesses períodos, proporcionando assim aos munícipes a continuidade de transporte regular em carreiras públicas.

2 – Conforme cláusula 1.ª do protocolo, o Município compromete-se a pagar à firma uma verba por cada dia lectivo, dividida em duas facturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares emitidos mensalmente e requisitados pela Câmara Municipal (por força do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro) e, a segunda, correspondente à compensação financeira do serviço público de transporte, cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por dia lectivo a receber pela transportadora, compensação essa legalmente admissível ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de Junho de 1969, relativo a obrigações inerentes à noção de Serviço Público no domínio, entre outros, dos transportes rodoviários, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 1.893/91 do Conselho, de 20 de Julho de 1991.

3 – O protocolo tem vindo a ser renovado anualmente, com efeitos a 1 de Setembro, mediante adenda, por deliberação da Câmara Municipal.

4 – Foi entretanto publicado o Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, entrado em vigor em 3 de Dezembro de 2009, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros, e que revogou expressamente o Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Junho de 1969, estabelecendo um novo regime comunitário aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, permitindo a adopção transitória, ponderada, gradual e progressiva de medidas para a implementação de contratos de serviço público, devendo o pagamento de compensações de obrigações de serviço público ser estabelecido de forma objectiva e alicerçado em critérios de transparência, economia e eficiência do serviço prestado, de modo a evitar a sobrecompensação ou compensação cruzada.

5 – Aquele novo regulamento comunitário permite contudo a continuação da exploração dos serviços de transporte existentes durante um período transitório que termina em 2 de Dezembro de 2019 (conforme n.º 2 do art.º 8.º), período este em que as autoridades de transportes se devem adaptar às disposições daquele regulamento.

6 – Até à data não foram ainda implementadas novas regras de contratação de serviços de transporte, conformes com aquela regulamentação comunitária, inclusive a reconfiguração das competências municipais nesta matéria, sendo desejável que se mantenham as actuais carreiras de serviço público (carreiras urbanas e interurbanas), na medida em que o seu cancelamento impediria a satisfação dos interesses dos utentes e a conjugação com o transporte escolar, pelo que, sem prejuízo dos ajustamentos necessários face à revogação do Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de Junho de 1969, nada obsta à renovação do acima mencionado protocolo para o próximo ano lectivo de 2011/2012, como aliás concluiu o Conselho Directivo do IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, conforme comunicado pelo ofício n.º 467/RJE/ASTP, de 31.08.2011, recebido em 06.09.2011, na sequência da consulta sobre o assunto formulada por esta Câmara Municipal.

7 – A firma E.A.V.T., L.da é a única empresa transportadora concessionária de circulações de carreiras públicas regulares que percorrem a área deste Município e, nessa medida, é necessário a Câmara Municipal, para o próximo ano escolar de 2011/2012, renovar o Protocolo celebrado com aquela transportadora para assegurar, ao mesmo tempo, o transporte escolar em carreiras públicas (primeira prioridade dada a obrigação de transporte escolar que impende sobre o Município nos termos de Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro) e a manutenção de circulações de carreiras regulares em períodos não lectivos, mediante atribuição de compensação financeira nos termos protocolados, dado não terem sido ainda implementadas novas regras de contratação de serviços de transporte conformes ao Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, e estar a vigorar o período transitório a que se refere o n.º 2 do art.º 8.º daquele Regulamento.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da competência para autorização de despesa conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Públicos (CCP), delibere autorizar a renovação, por mais um ano, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2011, do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006 com a firma transportadora E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, nas seguintes condições após negociações havidas com responsáveis daquela empresa, e mediante adenda ao protocolo a formalizar oportunamente:

1.º) O Município pagará à firma, por cada dia lectivo, uma verba de € 1.045,00 (mil e quarenta e cinco euros), à qual acresce o IVA devido à taxa legal em vigor de 6%, no montante de € 62,70 (sessenta e dois euros e setenta cêntimos), totalizando o valor diário de € 1.107,70 (mil cento e sete euros e setenta cêntimos), traduzindo-se numa despesa total prevista de € 199.386,00 (cento e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e seis euros) para uma previsão de cento e oitenta dias lectivos no ano lectivo de 2011/2012, sendo a despesa prevista em 2011 de € 69.785,10 (sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco euros e dez cêntimos) e em 2012 de € 129.600,90 (cento e vinte e nove mil, seiscentos euros e noventa cêntimos).

2.º) Aquela verba será dividida em duas facturas mensais: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares emitidos e, a segunda, à compensação do serviço e cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por cada dia lectivo a receber pela firma, tendo as seguintes contrapartidas:

a) Nos períodos de interrupções lectivas, a E.A.V.T., Lda manterá em funcionamento, e nos horários normais, as circulações de carreiras públicas regulares a ela concessionadas na área do Município;

b) A E.A.V.T., Lda efectuará transportes ocasionais de alunos e idosos, que se desenvolvam na área territorial do Município de Vila Nova de Paiva, e que ocupem apenas viaturas da firma afectas ao serviço de transporte escolar, sem quaisquer encargos para o Município;

c) No período de 1 de Setembro de 2011 até 30 de Junho de 2012, a E.A.V.T., Lda, oferecerá serviços de transporte ocasional ao Município ou associações locais, gratuitamente, até 4.000 (quatro mil) quilómetros, em datas a combinar por sugestão do Município;

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

d) A E.A.V.T., L.da concederá uma redução de 50% no custo das viagens em circulações de carreiras públicas de que seja concessionária, aos utentes com idade igual ou superior a 65 anos e aos pensionistas, residentes no Município de Vila Nova de Paiva.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- c) Apreciação e votação do Plano de Transporte Escolar (PTE) para o ano lectivo de 2011/2012. -----

----- Foi presente à reunião o Plano de Transportes Escolares, que aqui se dá por reproduzido e que fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja fotocópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas das reuniões da Câmara Municipal. -----

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar o Plano de Transporte Escolar (PTE) para o ano lectivo de 2011/2012. -----

----- d) Proposta de recrutamento de docentes, para o ano lectivo de 2011/2012, para desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) do 1.º ciclo do ensino básico e das actividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar, por recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo certo – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 8 de Setembro de 2011. -----

“Considerando que:

1 – Por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão ordinária do dia 26 de Agosto de 2011, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária do dia 4 de Agosto de 2011, foi aprovada a segunda alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, sendo criados e caracterizados sete postos de trabalho afectos à Divisão Social e Cultural (DSC), a ocupar com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo certo, para a carreira/categoria de Docente, não inserida nas carreiras gerais da Administração Pública Central e Local.

2 – Aquela carreira/categoria de Docente foi criada somente para enquadrar os técnicos a contratar detentores das habilitações profissionais exigíveis no âmbito do Despacho n.º 14.460/2008, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 100, de 26 de Maio de 2010, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8.683/2011, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 122, de 28 de Junho de 2011, para leccionar designadamente as actividades de enriquecimento curricular (AEC) do 1.º ciclo do ensino básico, enquanto a Câmara Municipal for entidade promotora daquelas actividades e as realizar directamente, mediante acordo de colaboração com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, sendo que os contratos terão uma duração não superior ao ano escolar a que respeitam. A Câmara Municipal também irá oferecer às crianças da educação pré-escolar, actividades nos domínios do Inglês, da Música e da Actividade Física e Desportiva, a ministrar por aqueles docentes.

3 – De acordo com o n.º 8 do art.º 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2011, às autarquias locais não abrangidas pelas situações de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira como tal definidas no art.º 41.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – caso deste Município – aplica-se, em 2011, o disposto no art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, em matéria de recrutamento de trabalhadores, desde que, por um lado, por força da alínea c), do n.º 2, e n.º 11, do art.º 24.º da mesma Lei n.º 55-A/2010, se trate de recrutamento nomeadamente de trabalhadores para a categoria base das carreiras gerais e, por outro lado, se apliquem nos procedimentos concursais as regras de determinação do posicionamento remuneratório nos termos previstos no art.º 26.º da mencionada Lei n.º 55-A/2010.

4 – Para efeitos da determinação do posicionamento remuneratório dos contratados no âmbito da carreira/categoria de Docente agora criada no Mapa de Pessoal, haverá que ter em consideração as disposições do Anexo ao Despacho n.º 14.460/2008, que aprova o Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, que estipula no seu art.º 3.º, n.º 4, que o valor mínimo das remunerações dos professores afectos às actividades de enriquecimento curricular em horário completo não pode ser inferior ao índice 126 da carreira dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário (actualmente fixado em € 1.145,79), quando possuam habilitação igual à licenciatura e ao índice 89 nos restantes casos (actualmente fixado em € 809,33), devendo para os casos de horários incompletos ser calculado um valor por hora lectiva (tempo lectivo de quarenta e cinco minutos) proporcional aos índices referidos.

5 – De harmonia com o disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que adaptou à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (doravante LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o recrutamento nas condições previstas no n.º 2 do art.º 6.º da LVCR, é precedido de aprovação da Câmara Municipal, sendo o sentido e a data da deliberação expressamente mencionados no procedimento do recrutamento e observa as injunções decorrentes do disposto no art.º 6.º da LVCR, e do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em conformidade com o n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009.

6 – Conforme alíneas a) e c), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, compete à Câmara Municipal decidir sobre o montante máximo dos encargos com o

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal aprovado.

7 – Por interpretação “a contrario” do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, aplicável às autarquias locais por força do seu art.º 10.º, resulta como regra geral de recrutamento a possibilidade de abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, desde que o âmbito de recrutamento se restrinja a candidatos possuidores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e mediante prévio parecer favorável da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, nos termos dos artigos 4.º e 9.º Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, por força do articulado no n.º 1 do art.º 10.º da mesma Lei n.º 12-A/2010.

8 – O n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 10-A/2010 vem dispor que, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os municípios poderão proceder à abertura de procedimentos concursais destinados também a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, desde que autorizado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara (n.º 3 do art.º 10.º), dependendo da verificação cumulativa dos seguintes dois requisitos:

a) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

9 – A verificação da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, será suscitada no âmbito dos próprios procedimentos concursais para a constituição de relações jurídicas de emprego público nas modalidades por tempo indeterminado, determinado ou determinável, pela observação das prioridades legais de recrutamento decorrentes, respectivamente, dos n.ºs 4 ou 5 do art.º 6.º, e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR, sendo a tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 12/2009, de 10 de Fevereiro, e alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

Assim, face ao exposto, e em conformidade com o disposto no n.º 8 do art.º 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo do n.º 3, e para efeitos do n.º 2, do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, face à segunda alteração do Mapa de Pessoal em vigor, delibere:

1.º) Reconhecer o relevante interesse público municipal no recrutamento de trabalhadores para a carreira/categoria de Docente para o ano lectivo de 2011/2012, detentores das habilitações profissionais exigíveis no âmbito do Despacho n.º 14.460/2008, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 100, de 26 de Maio de 2010, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8.683/2011, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 122, de 28 de Junho de 2011, para leccionar as actividades de enriquecimento curricular (AEC) no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico e as actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, enquadrados na Divisão Social e Cultural (DSC), por recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo certo, com fundamento e ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do art.º 93.º do mesmo Anexo I (desenvolvimento de projectos não inseridos nas actividades normais dos órgãos ou serviços), dado a Câmara Municipal não dispor de trabalhadores em regime de tempo indeterminado, com o perfil e a formação específica adequada ao desempenho daquelas funções, e aplicando-se supletivamente àqueles contratados o Estatuto da Carreira Docente (ECD), com as necessárias adaptações, face à especificidade das referidas actividades.

2.º) Autorizar o recrutamento de trabalhadores para ocupação dos referidos sete postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal, em regime de tempo inteiro ou parcial, com duração do contrato não superior ao ano escolar a que respeita, a contratar mediante abertura de procedimento concursal com a tramitação regulamentada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril (ou, em alternativa, mediante os mecanismos de recrutamento e selecção previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro), podendo ser candidatos ao procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, bem como, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal, e ao abrigo do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público, devendo o Júri do procedimento observar as respectivas prioridades legais de recrutamento nos termos previstos no n.º 5 do art.º 6.º e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR..

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

3.º) Aprovar o recrutamento para os domínios abaixo indicados, com horários a tempo parcial, sendo a remuneração mensal ilíquida calculada com base na componente lectiva de 25 horas conforme define o n.º 1 do art.º 77.º do ECD para os professores do 1.º CEB e educadores de infância, e proporcionalmente à tabela remuneratória dos docentes em vigor, tomando como referência o índice 151 (€ 1.373,13), tratando-se de contratados licenciados e profissionalizados, o índice 126 (€ 1.145,79), tratando-se de contratados licenciados não profissionalizados, o índice 112 (€ 1.108,48) tratando-se de não licenciados profissionalizados ou o índice 89 (€ 809,33) tratando-se de não licenciados e não profissionalizados, não havendo lugar, em qualquer caso, a negociação do posicionamento remuneratório:

Unidade Orgânica/ Serviço	Carreira Categoria/	Domínios	N.º de Postos de Trabalho	Despesa Prevista em 2011
Divisão Social e Cultural (DSC)	Docente	Ensino de Inglês (a)	2	-----
	Docente	Ensino da Música (b)	2	-----
	Docente	Actividade Física e Desportiva (c)	3	-----
Total			7	-----

NOTA: não há indicação dos montantes máximos de encargos nos termos e efeitos previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, dado não se preverem encargos para o ano em curso, dado prever-se a conclusão somente em Janeiro dos procedimentos concursais.

- (a) Postos de trabalho a tempo parcial com horário semanal de 14 e 15 horas respectivamente, com 10 horas cada de componente lectiva e uma hora de componente não lectiva, para as AEC, acrescendo 3 e 4 horas, respectivamente, de actividades na educação pré-escolar;
- (b) Postos de trabalho a tempo parcial, com horário semanal de 13 e 15 horas, respectivamente, com 10 horas cada de componente lectiva e uma hora de componente não lectiva, para as AEC, acrescendo 2 e 4 horas, respectivamente, de actividades na educação pré-escolar;
- (c) Postos de trabalho a tempo parcial, com horário semanal de 13 horas, 11 horas e 11 horas, respectivamente, com 8 horas, 6 horas e 4 horas, respectivamente, de componente lectiva e uma hora cada de componente não lectiva, a que acrescem 4 horas, 2 horas e 4 horas, respectivamente, de actividades de educação pré-escolar.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita. -----

----- **e) Proposta de contratação de docentes/técnicos em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, para o ano lectivo de 2011/2012** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 8 de Setembro de 2011. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 08 de Setembro do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1 – Esta Câmara Municipal irá realizar, directamente, no ano lectivo de 2011/2012, na qualidade de entidade promotora, as actividades de enriquecimento curricular (AEC) no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico, conforme acordo de colaboração celebrado com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, nos termos e efeitos previstos no Despacho n.º 14.460/2008, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 100, de 26 de Maio de 2010, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8.683/2011, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 122, de 28 de Junho de 2011. A Câmara Municipal irá também propiciar actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, designadamente no âmbito dos domínios do ensino de Inglês e da Música.

2 – A Câmara Municipal continuará também a propiciar à população em geral e, em particular, às camadas jovens e terceira idade, um conjunto de ofertas a nível das actividades físicas e desportivas, nomeadamente no âmbito da Escola de Natação e programas de actividades desportivas.

3 – A Câmara Municipal não dispõe de trabalhadores com as qualificações necessárias, que possa afectar à totalidade daquelas actividades, pelo que foram previstos postos de trabalho para o desenvolvimento das AEC e das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, na carreira/categoria de Docente, através de alteração introduzida ao Mapa de Pessoal em vigor, aprovada pela Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 26 de Agosto de 2011, e a ocupar através da constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo certo, cujo processo de selecção e recrutamento irá decorrer nos termos das disposições da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção actual, a desencadear na sequência de deliberação da Câmara Municipal para o efeito.

4 – Face aos procedimentos de selecção legalmente previstos, não será possível a contratação dos docentes para iniciar funções na data prevista de início do ano lectivo.

5 – Por imperativos de interesse público municipal, importa assegurar as referidas actividades com o início do ano lectivo, mesmo que, temporariamente, por recurso a outros mecanismos de contratação, nomeadamente através da contratação de pessoas singulares

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

habilitadas/qualificadas para o efeito, em regime de contrato de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugados com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, com salvaguarda do disposto no art.º 22.º, n.ºs 4 a 6, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do OGE para 2011), que determina a aplicação, em 2011, da redução remuneratória prevista no art.º 19.º da mesma Lei, aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que venham a celebrar-se ou renovar-se no ano em curso, com idêntico objecto e a mesma contraparte, bem como os termos e condições para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços no ano em curso, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

6 – De acordo com o n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na redacção actual, e sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do art.º 35.º da LVCR, a celebração de contratos de tarefa e avença depende de prévio parecer favorável da Câmara Municipal, relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do mesmo art.º 35.º, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública, até à data ainda não publicada. Por sua vez o n.º 4 do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, estabelece que o parecer prévio da Câmara Municipal é vinculativo independentemente da natureza da contraparte, para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, quer no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, quer relativamente a contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica, dependendo tal parecer da verificação do disposto no n.º 4 do art.º 35.º da LVCR, da verificação da cabimentação orçamental e da verificação do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2011, com idêntico objecto e a mesma contraparte.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, a título excepcional, e de harmonia com o disposto no n.º 4 do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, delibere:

1.º) Dar parecer favorável à contratação até oito docentes/técnicos em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º da Lei n.º

12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, por procedimento de ajuste directo ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) do 1.º ciclo do ensino básico e das actividades de animação e de apoio à família da educação pré-escolar, e outras actividades municipais, a levar a efeitos nos estabelecimentos de educação e ensino públicos e equipamentos colectivos sitos na área do Município.

2.º) Aprovar os encargos máximos com aquela contratação previstos para um período que medeia entre a data de início do ano lectivo e 31 de Janeiro de 2012, no que diz respeito às AEC e actividades da educação pré-escolar, correspondente a sessenta e três dias lectivos, sendo que as demais actividades físicas e desportivas se prevêm até ao final do ano lectivo, conforme se indica no quadro seguinte, procedendo-se à redução remuneratória prevista no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, se há mesma houver lugar:

<i>Actividades</i>	<i>Domínios</i>	<i>Número de horas totais previstas</i>	<i>Previsão máxima de encargos</i>
<i>AEC do 1.º Ciclo do Ensino Básico (a)</i>	<i>Inglês</i>	<i>374 horas</i>	<i>€ 4.742,32</i>
	<i>Música</i>	<i>374 horas</i>	<i>€ 4.742,32</i>
	<i>Actividade Física e Desportiva</i>	<i>374 horas</i>	<i>€ 4.742,32</i>
<i>Actividades da Educação Pré-Escolar (a)</i>	<i>Inglês</i>	<i>119 horas</i>	<i>€ 1.508,92</i>
	<i>Música</i>	<i>102 horas</i>	<i>€ 1.293,36</i>
	<i>Actividade Física e Desportiva</i>	<i>204 horas</i>	<i>€ 2.586,72</i>
<i>Actividades físicas e desportivas (b)</i>	<i>Escola de Nataç�o, Programa “Mais Desporto”, etc.</i>	<i>1438 horas</i>	<i>€ 12.208,62</i>
	<i>Total</i>		<i>€ 31.824,58</i>

(a) Considerado o valor hora de € 12,68 para um docente/técnico licenciado profissionalizado, sendo inferior se os prestadores de serviços tiverem qualificações profissionais inferiores àquela.

(b) Considerando o valor hora de € 8,49, já aplicado em anos lectivos anteriores.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita. -----

----- **f) Carla Sofia da Costa Gomes Coelho, de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 18.08.2011, apresenta candidatura ao incentivo pecuniário pelo nascimento do 3.º filho – Informação n.º 17-SASS-11 de 25.08.2011. -----

Acta N.º 21/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão, nos termos oportunamente deliberados, de um incentivo pecuniário no valor de mil euros. -----

----- **g) Grupo Folclórico e Etnográfico de Vila Cova à Coelheira** - Por ofício registado em 01 de Setembro de 2011, dá conhecimento da realização do XXVIII Festival Nacional de Folclore, e solicitam apoio financeiro para ajudar nas despesas com a realização do evento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, dada a tradição do evento. -----

----- **h) Procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior (área engenharia civil), da carreira de técnico superior, com formação complementar em Higiene Segurança e Saúde – Recurso Hierárquico da candidata Maria de Fátima Jesus Ferreira.** -----

----- Foi presente à reunião a informação datada de 15 de Agosto de 2011 do Presidente da Câmara relativamente ao recurso hierárquico apresentado da homologação da lista unitária de ordenação final, do seguinte teor integral: -----

“No seguimento do recurso hierárquico apresentado pela candidata Maria de Fátima Jesus Ferreira, referente ao acto de homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal de técnico superior (área de engenharia civil) da carreira de técnico superior com formação complementar em Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, por mim praticado, venho referir o seguinte:

O acto administrativo de homologação em crise, sendo um acto secundário que tem na sua génese directamente no próprio acto primário e só indirectamente a situação real subjacente àquele, limita-se a absorver os fundamentos e conclusões de uma proposta apresentada por outro órgão, o júri do concurso.

Efectivamente é a este que nos termos do 20.º a 22.º da Portaria 145-A/2011 de 6 de Abril, compete todo o iter do procedimento concursal, até à submissão do acto aqui recorrido.

Os membros do júri cumprem todos os requisitos inerentes a este estatuto, no âmbito do presente procedimento concursal, e que constam na referida Portaria. Não recai sobre nenhum deles, qualquer impedimento, ou outra causa de imparcialidade, reconhecendo a todos inteiro e merecido mérito, probidade e independência no desempenho das suas funções enquanto júri.

Não vislumbro qualquer ilegalidade quer a nível formal quer a nível material que constitua um vício no presente procedimento.

